

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

THE PROFESSOR OF ELEMENTARY EDUCATION AND THE ETHNIC RELATIONSHIPS

Eliziane Sasso dos Santos*

Resumo

O presente artigo aborda o papel do professor de Educação Infantil e as relações étnico raciais. A Educação Infantil tem importância fundamental na formação da criança. Nesta etapa da aprendizagem faz-se necessário tratar das relações étnico raciais com todo esmero e cuidado, atitude que exige bom preparo do professor. Um professor despreparado pode causar danos irreparáveis à criança, pois uma atitude racista na sala de aula acarretará em prejuízos na formação da identidade, sobretudo, da criança afrodescendente. A escola recebe crianças de todas as etnias. No entanto, os currículos e livros didáticos ainda apresentam problemas em relação à história do negro e indígena. Com a entrada em vigor da Lei 10.639/2003, as escolas precisaram alterar seus currículos e investir na formação dos professores. No caso da Educação Infantil, os professores necessitarão ter atitudes positivas em relação à história e cultura afrodescendente e indígena, visto que a criança não nasce com preconceitos, mas aprende atitudes preconceituosas na família, ambiente onde vive e na escola.

Palavras-chave: Relações étnico raciais / educação infantil / professores.

Abstract

This article discusses the role of Professor of Child Education and racial ethnic relations. Preschool education is paramount in the education of children. At this stage of learning it is necessary to address the racial ethnic relations with all diligence and care, a move that requires good

* Especialista em Educação. Professora Municipal. Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo.

preparation of the teacher. A teacher unprepared can cause irreparable damage to the child as a racist attitude in the classroom will lead to losses in identity formation, especially of children of African descent. The school welcomes children of all ethnicities. However, the curricula and textbooks still present problems in relation to the history of black and Indian. With the entry into force of Law 10.639/2003, schools had to change their curricula and invest in teacher training. In the case of early childhood education, teachers need to have positive attitudes to history and culture of African descent and indigenous, since the child is not born with prejudices, but learn prejudiced attitudes in the family environment where they live and at school.

Key words: racial ethnic relations / early childhood / education teachers.

[Recibido: 02/08/2012 – Aprobado: 31/08/2012]

1 - Introdução

Parece um tanto estranho falar de relações étnico raciais na Educação Infantil. No entanto, é na primeira etapa da Educação Básica que a criança estabelece as relações com outro grupo social extra-familiar. Ou seja, a criança começa a se inserir em um grupo com características diferentes das suas. Na escola ocorre inevitavelmente o contato de pessoas com diferentes concepções religiosas, cultura, pertencimento étnico, costumes, etc.

As relações étnico-raciais precisam ser bem trabalhadas nesta época, pois é o momento de formação da identidade da criança. Justamente nesta fase da aprendizagem que são construídos e internalizados os primeiros conceitos. Neste sentido, o papel do professor é fundamental como mediador deste processo.

Através deste artigo queremos discutir sobre o papel do professor de Educação Infantil e as relações étnico raciais, pois com a Lei 10.639/2003, é responsabilidade das escolas a inclusão nos currículos, conteúdos sobre História da África e do negro no Brasil. Também, discutir as relações étnico-raciais pautadas pelo respeito às diferenças.

O Brasil viveu por mais de três séculos sob o regime da escravidão. Estima-se que foram trazidos da África aproximadamente 4,5 milhões de homens e mulheres na condição de trabalhadores escravizados. A herança deste passado ainda é muito forte e se faz sentir no dia-a-dia. Ainda presenciamos atitudes discriminatórias com conotação racista.

Os negros, durante a escravidão, ocuparam a base da pirâmide social e não conseguiram se afastar dela com a Abolição. A Lei 10.639/03 veio para saldar uma dívida histórica que a nação tem para com este segmento social. As relações étnico-raciais precisam ser discutidas nas escolas. O professor tem muito a fazer neste sentido, pois ele é o mediador entre o saber e a criança que quer aprender. Um professor bem preparado tem maiores possibilidades de não cometer erros, pois a desinformação leva ao pré-conceito e este à discriminação.

2 - Uma nação construída sob o regime escravista

Por mais de três séculos o Brasil viveu sob o regime escravista. Os portugueses implantaram o sistema de exploração baseado no latifúndio, produção para exportação e mão-de-obra escrava. Estabeleceram-se relações desiguais entre brancos europeus, negros africanos e indígenas. Os negros e indígenas foram largamente utilizados como escravos e relegados à posições inferiores na pirâmide social.

Os negros africanos eram tratados como peças. Podiam ser vendidos, penhorados, trocados, alugados, etc.¹ Os indígenas eram considerados selvagens e, desde os primeiros anos de dominação portuguesa foram aculturados e adaptados aos costumes e religião dos europeus, porém sem ascender socialmente. Até pouco tempo, os indígenas eram considerados incapazes e estavam sob a tutela do Estado.

Segundo, Leandro Vicente Custódio, em *As populações africanas no livro didático*, «o papel do Estado foi considerar os povos africanos e seus descendentes culturalmente atrasados para justificar as atrocidades cometidas no período escravista»². O mesmo aconteceu em relação aos indígenas.

3 - Liberdade aos escravos

Com a libertação dos escravos em 13 de maio de 1888, os negros foram jogados a própria sorte. Não foram indenizados e não receberam terras para

¹ Cfr. GORENDER, Jacob (2001), *O escravismo colonial*, 6 Ed., Ática, São Paulo; MAESTRI, Mário (1988), *A servidão negra*, Mercado Aberto, Porto Alegre.

² CUSTÓDIO, Leandro Vicente (2008), *As populações de origem africana no livro didático: o caso do ensino de geografia em Florianópolis, (2003-2008)*, UDESC, Casa Aberta, Itajaí.

trabalhar.³ Embora, na época se pregou que a Abolição deu igualdade de direitos aos negros, na realidade isso não aconteceu. Os negros sempre foram considerados inferiores e, quando galgavam posições de destaque na sociedade, tinham que provar que eram eficazes.

Durante a escravidão no Brasil, os escravos não tiveram acesso à Educação, exceto os cativos que trabalhavam nas fazendas dos religiosos. O período pós-Abolição foi muito duro para os negros. A maioria da população era analfabeta. Muitos negros continuaram trabalhando nas unidades produtivas em condições muito parecidas com a da escravidão. Os que lograram algum emprego recebiam menos pelo trabalho prestado. Quanto à Educação, poucos negros conseguiram estudar no período em que vigorou a escravidão. Após a libertação, o acesso à escola sempre foi difícil para a população afro-descendente.

No período pós-Abolição, o Estado incentivou uma «política de exclusão, como as políticas de branqueamento, higienização e eugeniação». Incentivou-se a entrada de europeus e, em contrapartida, «desvalorizou a presença do afrodescendente». As políticas de higienização acabaram por destruir os cortiços e as precárias moradias ocupadas por negros, obrigando-os a morar nas favelas.⁴

Ainda no período pós-Abolição grande parte das crianças negras não frequentou as escolas e, como consequência, tivemos altos índices de analfabetos entre a população negra e indígena nas décadas seguintes, fato que se manteve por quase um século. Neste sentido, os melhores postos de trabalho foram ocupados pelos brancos e os menores salários ficaram para os negros, pois não estavam qualificados.⁵

4 - O movimento negro

No início do século XX, «o movimento (negro) criou suas próprias organizações, conhecidas como entidades ou sociedades negras, cujo objetivo era aumentar sua capacidade de ação na sociedade para combater a discriminação racial e criar mecanismos de valorização da raça negra»⁶. Estas organizações surgiram diante da ausência do Estado. A solidariedade entre os

³ ANDREWS, George Reid (1998), *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*, EDUSC, Bauru.

⁴ CUSTÓDIO, Leandro Vicente (2008), *op. cit.*

⁵ O último censo apontou que a presença de negros e pardos é muito maior em ocupações que exigem menos qualificação e pagam salários mais baixos.

⁶ GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e.

pares foi uma das fórmulas encontradas que garantiu a sobrevivência da população negra.

Várias iniciativas brotaram de entidades ligadas à população afrodescendente no sentido de dar igualdade de oportunidades aos negros. Porém, foi somente na década de 1970, que Movimento Negro Unificado decidiu agir com maior intensidade no combate ao preconceito e discriminação racial. Em 1978, o MNU constatou que era na escola que a criança negra sofria a primeira discriminação. A partir de então, ocorreram vários eventos acadêmicos ou envolvendo a sociedade civil que objetivavam discutir políticas públicas inclusivas à população negra.

Segundo Gonçalves e Silva, «como um dos lugares onde negro vive é a escola, ou seja, os sistemas de ensino, buscou-se orientar a ação de combate ao preconceito nesses ambientes. Entre 1978 e 1988, muitos encontros ocorreram com esse objetivo». Um dos primeiros eventos realizados foi «a Conferência Brasileira de Educação, CBE, de 1982, realizada em Belo Horizonte. Organizou-se uma mesa redonda cujo tema era a discriminação nos sistemas de ensino»⁷.

Intelectuais, professores das instituições de ensino superior e parlamentares também assumiram o compromisso com o movimento negro brasileiro no tocante ao conteúdo do livro didático, alto índice de reprovação e evasão escolar da população afrodescendente. Às vésperas da Assembléia Constituinte, estava consolidada a idéia de que os currículos escolares deveriam mudar, pois escola da época era excludente.

5 - A Constituição cidadã

Em 1986, iniciaram-se os trabalhos visando a elaboração de uma nova Constituição para o Brasil. A nação brasileira esperava ansiosa por uma nova Carta. O movimento negro participou ativamente das discussões sobre os mais diversos temas. No entanto, foi na temática Educação e racismo que concentrou maiores esforços dos representantes da população afrobrasileira.⁸

Altos índices de repetência, elevado número de analfabetos, evasão, baixa qualidade do ensino público, acesso à universidade intrigavam educadores

(2000), «Movimento negro e educação», Revista *Brasileira de Educação*, Nº 15, Set/Out/Nov/Dez 2000.

⁷ Ibid.

⁸ BACKES, Ana Luiza; AZEVEDO, Débora Bithiah; ARAUJO, José Cordeiro de. (Orgs.) (2009), *Audiências públicas na Assembléia Nacional Constituinte: a sociedade na tribuna*, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Brasília.

e parte dos parlamentares constituintes. Os representantes do movimento negro passaram a questionar o currículo das escolas, o conteúdo do livro didático e ensino de história. Para as lideranças do movimento negro presente nos debates da Assembléia Constituinte, era urgente inserir nos currículos das escolas os conteúdos de História da África e história do negro no Brasil, além de questionar a forma como o negro estava sendo representado no livro didático.⁹

Um ano após, em 1988, foi aprovada a nova Constituição. Ficou determinado que «o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro»¹⁰. Com a nova Constituição fez-se necessário elaborar uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação.

6 - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Em 1987, entidades negras indagaram a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) sobre o racismo no livro didático. Passaram a exigir medidas fortes contra esta prática. A FAE, através da Diretoria do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), chamou os representantes das entidades negras brasileiras para participar de um evento que tratou do conteúdo do livro didático. Neste evento participaram representantes de todas as Secretarias Estaduais de Educação diretamente envolvidas com o PNLD.¹¹

Em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), determinando que «o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia»¹².

Em 10 de janeiro de 2003, foi aprovada a Lei Federal nº. 10.639 que tornou obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos da educação básica dos estabelecimentos públicos e privados do nosso país. Um aspecto importante da Lei é mostrar a valorização da «diversidade» na superação das desigualdades étnico-raciais. E enfatiza que é preciso estabelecer:

⁹ ALBERTI, Verena; PEREIRA, A. Araújo (Org.) (2007), *Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*, Pallas/CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.

¹⁰ BRASIL (1988), Constituição Federal, 1988, Brasília.

¹¹ MELO, R. L. C. de & COELHO, R. de C. F. (1988), *Educação e Discriminação dos Negros*, Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, Belo Horizonte.

¹² BRASIL Ministério de Educação e Cultura (1996), Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, <http://por.tal.mec.gov.br/secad> [20 de abril de 2007].

«Políticas de reparações e de reconhecimento que formarão programas de ações afirmativas, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para a oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória»¹³.

Logo após a criação desta lei, o Conselho Nacional de Educação aprovou a resolução 01 de 17 de março de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Nesse sentido, as escolas da educação básica poderão se orientar a partir de um documento que discute detalhadamente o teor da lei, apresentando sugestões de trabalho e de práticas pedagógicas, entre elas, como lidar com as questões étnico-raciais.

7 - Educação étnico-racial

A educação é um processo inerente à experiência humana e se faz presente em toda e qualquer sociedade. Aprendemos durante toda a nossa vida e este aprendizado ocorre de forma contínua entre o ser humano e o meio. Assim construímos o conhecimento, valores, representações e identidades. Na verdade, somos semelhantes enquanto espécie humana, mas diferentes enquanto gênero, raça/etnia, idade, cultura, experiências, etc. A nação brasileira formou-se a partir de três povos diferentes: indígenas, portugueses e africanos.

Durante mais de três séculos os colonizadores, sobretudo, portugueses produziram com mão-de-obra escrava indígena em menor número e africana em sua maioria. A sociedade brasileira se constituiu de forma hierarquizada e com forte conteúdo racista. A questão racial perpassou toda a história social, cultural e política brasileira e que atingiu a todos nós independentemente do nosso pertencimento étnico-racial.

A escola é um espaço de sociabilidade para onde caminham as diferentes experiências socioculturais, as quais refletem diversas e diferentes formas de inserção grupal na história do país. Neste sentido, para a escola convergem crianças que apresentam diferentes formas de ver o mundo e possuem valores distintos. O primeiro contato da criança com a escola ocorre na Educação Infantil. Neste momento que a criança passa a conviver mais intensamente

¹³ *Ibidem.* p. 18.

com diferentes pessoas e diferentes concepções de mundo. O currículo da escola deverá atender as demandas que envolvem as relações étnico-raciais.

8 - O Estado preocupado com as relações étnico-raciais

No Brasil, desde o momento pós-Abolição houve manifestação de setores da sociedade pela inclusão do negro na escola. Portanto, não é de hoje que o movimento negro tem demonstrado preocupação com as questões étnico-raciais na sociedade. A organização e pressão fizeram com que o Estado criasse a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Em ação conjunta com outros ministérios, universidades, ONGs e movimentos sociais, a SEPPIR passou a implementar ações concretas em relação às questões raciais.

Também foi criada no interior da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), a Coordenadoria de Diversidade e Inclusão Educacional que tem produzido material didático voltado para esta temática. Atualmente, é visível o movimento que busca a implementação de Políticas Públicas que objetivam igualar as oportunidades de educação, mudanças dos conteúdos curriculares, elaboração do livro didático e outros materiais.

Tratar de relações étnico-raciais na Educação Infantil é tão relevante quanto lutar por reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades. Ocorre que a criança tem o primeiro contato com a diversidade cultural na escola. Se não for bem administrada a inserção da criança na educação Infantil, ficarão traumas que dificilmente serão superados sem tratamento especializado.

Conforme D'Adesky,

«A aspiração de ser reconhecido como ser humano corresponde ao valor que chamamos de auto-estima. Ela leva os negros a desejarem libertar-se do estado de inferioridade a que foram relegados e desejarem libertar-se do estado de inferioridade a que foram relegados e desembaraçar-se das imagens depreciativas de si mesmos. Particularmente, leva-os a lutar contra o racismo que representa, acima de tudo, uma negação de identidade configurada pela negação radical do valor das heranças histórica e cultural de onde advêm a discriminação e a segregação»¹⁴.

¹⁴ D'ADESKY, Jacques (1997), *Pluralismo étnico e multiculturalismo*. Afro-àsia, 19-20, Ufba, Salvador.

Concordamos com D'Adesky e incluímos também os indígenas neste processo, pois não só os negros desejam se libertar da posição de inferioridade, os índios também travam esta luta diariamente.

Nesse sentido, acreditamos que as escolas, sobretudo, na Educação Infantil, precisam dedicar atenção aos aspectos culturais e às relações raciais. A negação ou omissão da escola para com esta temática acaba reproduzindo e admitindo práticas e discursos que valorizam determinada ordem social, estimulando os alunos a se adaptar a ela e aceitar como natural as desigualdades sociais e culturais.

9 - O ensino de História da África e cultura afro-brasileira na formação dos professores

O ensino da História da África nas escolas brasileiras ainda é visto como algo desconhecido por parte da maioria dos docentes. A falta de formação dos professores é o primeiro obstáculo a ser enfrentado, pois a maioria não teve contato nos seus cursos de graduação com essa disciplina.

Valorizar a História da África e a cultura Afro-Brasileira é uma maneira de romper com o eurocentrismo hegemônico que até hoje predominou na formação dos currículos escolares. A formação étnica do nosso país tem basicamente três matrizes: a européia, a indígena e a africana, mas os livros didáticos ressaltam com maior ênfase somente a matriz européia destacando grandes feitos, deixando de lado as contribuições indígenas e, sobretudo africanas.¹⁵

Os afro-descendentes são referenciados somente no que diz respeito à servidão e o trabalho escravizado. A cultura, a identidade e as representações sociais dessa matriz étnica sempre foram mantidas como algo inexistente e sem valor perante aos demais segmentos étnicos.

O ensino da História da África nas nossas escolas deve ter o compromisso de desmistificar a ideia de racismo relacionado a essa matriz étnica. O racismo somente irá acabar através do conhecimento. A partir do entendimento das contribuições sociais que o negro trouxe consigo e que essas manifestações culturais contribuíram para a formação do povo brasileiro é que estaremos vencendo a barreira do preconceito e do racismo.

¹⁵ MAT TOS, Regiane Augusto de (2007), *História e cultura afro-brasileira*, Contexto, São Paulo.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, etapa esta que começa do zero aos cinco anos de idade. Durante essa faixa etária é que a criança irá construir conhecimentos como: valores, socializabilidade e identidade. Através do lúdico a criança irá internalizar atitudes positivas, desenvolvendo a afetividade, o respeito aos seus pares e ao diferente.¹⁶

A necessidade de trabalhar as relações étnico-raciais desde a primeira infância é muito relevante, pois é nesse período que a criança vai construir seu conceito de mundo. O fato de a criança necessitar conviver com as diferentes etnias e culturas, requer do professor de Educação Infantil sensibilidade e preparação no trato das questões étnico-raciais. O professor despreparado poderá causar prejuízos irreparáveis à formação da identidade da criança se não souber tratar da questão.

«O acolhimento da criança implica o respeito à sua cultura, corporeidade, estética e presença no mundo [...]. Nessa perspectiva, a dimensão do cuidar e educar deve ser ampliada e incorporada nos processos de formação dos profissionais para os cuidados embasados em valores éticos, nos quais atitudes racistas e preconceituosas não podem ser admitidas»¹⁷.

Segundo Teun A. van Dijk, em *Racismo e Discurso na América Latina*, publicado em 2008, «muitas práticas de racismo cotidiano, tais como as formas de discriminação, podem até certo ponto ser aprendidas pela observação e imitação». O racismo não é inerente ao ser humano. A criança não nasce com tendências ao racismo. Ela adquire ao longo das suas interações sociais e interpessoais, que ocorrem no âmbito familiar, escolar e social onde está inserida.¹⁸

Nei Lopes, na obra *O Racismo explicado aos meus filhos*, publicada em 2007, assinala «que a origem de todo racismo é, então, o preconceito». Essa barreira do preconceito, da idéia pré estabelecida em relação ao negro [e indígena], precisa ser trabalhada a fim de desconstruir pré conceitos estabelecidos ao longo da nossa história, oportunizando ao aluno conhecer

¹⁶ BRASIL Ministério de Educação e Cultura (1996), *op. cit.*

¹⁷ BRASIL MEC (2009), *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*, Brasília.

¹⁸ VAN DIJK, Teun (Org.) (2008), *Racismo e Discurso na América Latina*, Contexto, São Paulo.

suas origens, tradições, costumes e cultura. Ao conhecer e reconhecer as influências que o povo negro teve na formação da sociedade brasileira, o aluno poderá então valorizar a História e Cultura Afro-Brasileira e reconhecer-se como parte integrante de um segmento étnico tão importante na sociedade.¹⁹

O professor como principal mediador do processo ensino aprendizagem deve estar consciente de seu papel. Através da participação ativa no ato pedagógico a criança constrói a sua identidade cultural e social. Portanto, o professor deve lançar mão de estratégias pedagógicas proporcionando ao aluno a convivência com as diversas etnias.

10 - A Educação Infantil e as Relações Étnico-Raciais

A educação étnico racial assim como o respeito à diversidade deve perpassar todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até a educação superior. A temática da diversidade precisa ser trabalhada desde a infância para que possam ser rompidos preconceitos adquiridos no meio ao qual o indivíduo pertence. De acordo com Heloisa Pires Lima, na obra *Personagens Negros: Um breve Perfil na Literatura Infanto- Juvenil*, é na Educação Infantil que são formados os primeiros embriões dos valores humanos, costumes e princípios éticos, então ali, com certeza as manifestações racistas e discriminatórias poderão ser amplamente combatidas.²⁰ Neste sentido a intervenção do professor na luta contra o racismo e a valorização étnica é imprescindível.

A criança aprende através da vivência com situações concretas e lúdicas. Através do lúdico é possível trabalhar atitudes, valores relacionados à diversidade racial, construindo sua identidade, aceitação do outro e socialização. Adriana Flávia S. de Oliveira Lima destaca na obra *Pré-escola e alfabetização: uma proposta baseada em P. Freire e J. Piaget*, «que a criança aprende brincando e todos os conteúdos poderão ser ensinados através das brincadeiras e jogos, em atividades predominantemente lúdicas. Não existe nada que a criança precise saber que não possa ser ensinado brincando.»²¹.

¹⁹ LOPES, Nei (2007), *O racismo explicado aos meus filhos*, Agir, Rio de Janeiro.

²⁰ LIMA, Heloisa Pires (2005), «Personagens Negros: Um breve Perfil na Literatura Infanto- Juvenil», in KABENGELE, Munanga (Org.), *Superando o Racismo na escola*, 2ª edição revisada, Alfabetização e diversidade, MEC/SEC, Brasília.

²¹ LIMA, Adriana Flávia S. de Oliveira (1987), *Pré-escola e alfabetização: uma proposta baseada em P. Freire e J. Piaget*, Vozes, Petrópolis.

A marca principal nessa idade é a intensidade motora e a fantasia e a partir desses aspectos é que a criança irá desenvolver a sua linguagem e a sua criatividade. Através da brincadeira a criança estará também vivenciando novas aprendizagens como também aprimorando a sua inteligência e organizando assim a sua personalidade.

De acordo com João Batista Freire em *Educação de Corpo Inteiro: teoria e prática da educação física*, obra publicada em 1997, o brincar nessa fase da vida da criança irá existir de qualquer forma, variando de acordo com a sua cultura, condições sociais ou étnicas, portanto do ponto de vista do desenvolvimento da criança a brincadeira traz vantagens sociais, cognitivas e afetivas.²²

Portanto, durante as atividades lúdicas o professor pode ir introduzindo conteúdos e práticas que valorizam a diversidade e que abordam a questão étnico racial. Mesmo brincando, a criança vai internalizando conceitos corretos em relação a esta temática. O teatro, as cantigas de roda, jograis, paródias são oportunidades para mostrar que somos todos iguais, independentemente da cor da pele ou do segmento social que pertence.

Hoje os paradigmas da educação caminham em novas direções. Desafios surgem a todo o momento. Novos parâmetros estão sendo colocados em questão. A escola deve ir de encontro aos interesses dos seus alunos, proporcionando múltiplas formas de aprendizagem. De acordo com o referencial curricular nacional da educação infantil,

«Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural»²³.

11 - Conclusão

A Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, é a fase escolar na vida da criança onde serão introduzidos os primeiros conceitos e valores. Nessa etapa é de grande valia o contato com vivências e situações de

²² FREIRE, João Batista (1997), *Educação de Corpo Inteiro: teoria e prática da educação física*, Scipione, São Paulo.

²³ BRASIL (1988), Constituição Federal, 1988, Brasília. p. 23.

aprendizado relacionados à diversidade, sobretudo, com ênfase nas relações étnico raciais, pois a partir dessas circunstâncias de aprendizagem frente ao diferente é que a criança terá a oportunidade de internalizar valores humanos, respeito e aceitação ao diferente.

A sociedade brasileira é formada pelas três etnias – negra, indígena e europeia –, uma riqueza cultural que precisa ser bem trabalhada na escola, pois atitudes racistas e preconceituosas podem causar prejuízos na formação da identidade da criança. O papel do professor é fundamental na mediação entre o processo histórico e o desejo de aprender do aluno, porque evitará reproduzir o pensamento dominante de sociedade hierarquizada construído ao longo da história. No caso da Educação Infantil, o professor deverá estar bem preparado e sensível no trato destas questões, pois como afirmamos anteriormente é nesta fase escolar que se efetiva a identidade da criança.

Embora se constitua ato criminoso, o racismo e o preconceito ainda se fazem presente no ambiente escolar. Muitas vezes ocorre de forma discreta e velada. Os educadores despreparados podem reproduzir estereótipos que afetam a identidade da criança afrodescendente como: cabelo ruim, cabelo bom, bom para o futebol e samba, etc. Neste sentido, faz-se necessário aprofundar conhecimentos sobre linguagem, história, etnia, cultura e respeito à diversidade.

Uma escola que trabalha as relações étnico-raciais evita a evasão e a reprovação, sobretudo, de alunos afrodescendentes e indígenas. A criança pertencente à estas etnias tende a abandonar a escola ou rejeitá-la quando não se sente bem no ambiente. Ao valorizar as culturas indígena e africana a escola estará dando o primeiro passo na questão étnico racial.

Discutir as relações étnico raciais é obrigação de todos os educadores e de todos os setores da escola, pois a criança convive em diversos departamentos – biblioteca, cozinha, parquinho, secretaria – em contato com diferentes profissionais. Somente o trabalho coletivo planejado poderá surtir resultados positivos quanto às relações étnico raciais.

Referências bibliográficas

- AMARO, Luiz Carlos & MAESTRI, Mário (Orgs) (2005), *Afro-brasileiros: história e realidade*, EST, Porto Alegre.
- ANDREWS, George Reid (1998), *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*, EDUSC, Bauru.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, A. Araújo (Org.) (2007), *Histórias do Movimento*

- Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*, Pallas/CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.
- BACKES, Ana Luiza; AZEVEDO, Débora Bithiah; ARAUJO, José Cordeiro de. (Orgs.) (2009), *Audiências públicas na Assembléia Nacional Constituinte: a sociedade na tribuna*, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Brasília.
- BRAGA, Maria Lucia de Santana & SILVEIRA, Maria Helena Vargas da. (Orgs.) (2007), *O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional anti-racista*, SECAD, Brasília.
- BRASIL (1988), Constituição Federal, 1988, Brasília.
- BRASIL MEC (2009), *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*, Brasília.
- BRASIL Ministério de Educação e Cultura (1996), Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, <http://portal.mec.gov.br/secad> [20 de abril de 2007].
- CUSTÓDIO, Leandro Vicente (2008), *As populações de origem africana no livro didático: o caso do ensino de geografia em Florianópolis, (2003-2008)*, UDESC, Casa Aberta, Itajaí.
- D'ADESKY, Jacques (1997), *Pluralismo étnico e multiculturalismo*. Afro-àsia, 19-20, Ufba, Salvador.
- FERREIRA, Ricardo Franklin (2000), *Afro-descendente: identidade em construção*, EDUC, São Paulo.
- FREIRE, João Batista (1997), *Educação de Corpo Inteiro: teoria e prática da educação física*, Scipione, São Paulo.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (2000), «Movimento negro e educação», *Revista Brasileira de Educação*, Nº 15, Set/Out/Nov/Dez 2000.
- GORENDER, Jacob (2001), *O escravismo colonial*, 6 Ed., Ática, São Paulo.
- LIMA, Adriana Flávia S. de Oliveira (1987), *Pré-escola e alfabetização: uma proposta baseada em P. Freire e J. Piaget*, Vozes, Petrópolis.
- LIMA, Heloisa Pires (2005), «Personagens Negros: Um breve Perfil na Literatura Infanto- Juvenil», in KABENGELE, Munanga (Org.), *Superando o Racismo na escola*, 2ª edição revisada, Alfabetização e diversidade, MEC/SEC, Brasília.

- LIMA, Ivan Costa & SILVEIRA, Sônia M. (Orgs.) (2000), *Negros, territórios e Educação*, NEN, Florianópolis.
- LIMA, Ivan Costa; SILVEIRA, Sônia M.; ROMÃO, Jerusa (Org.) (1998), *Os negros, os conteúdos escolares e a diversidade cultural*, NEN, Florianópolis.
- LOPES, Nei (2007), *O racismo explicado aos meus filhos*, Agir, Rio de Janeiro.
- LUCINDO, Willian Robson Soares (2010), *Educação no pós-abolição: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes*, NEAB, Florianópolis.
- MAESTRI, Mário (1988), *A servidão negra*, Mercado Aberto, Porto Alegre.
- MATTOS, Regiane Augusto de (2007), *História e cultura afro-brasileira*, Contexto, São Paulo.
- MELO, R. L. C. de & COELHO, R. de C. F. (1988), *Educação e Discriminação dos Negros*, Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, Belo Horizonte.
- MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino (Orgs.) (2006), *O negro no Brasil de hoje*, Global, São Paulo.
- MUNANGA, Kabengele (Org.) (2008), *Superando o racismo na escola*, SECAD, Brasília.
- QUEVEDO, Júlio & DUTRA, Maria Rita (Orgs) (2007), *Nas trilhas da Negritude: consciência e afirmação*, Martins Livrêiro, Porto Alegre.
- THEODORO, Mario (Org.) (2008), *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a Abolição*, IPEA, Brasília.
- VAN DIJK, Teun (Org.) (2008), *Racismo e Discurso na América Latina*, Contexto, São Paulo.